

18

NÚMERO 1



REVISTA
**DIALOGO E
INTERAÇÃO**

ISSN 1275-3687



FACCREI



<https://www.faccrei.edu.br/revista>

CONTRIBUIÇÃO E ATUALIDADE DE EUGENE HAVENS PARA OS ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

EUGENE HAVENS' CONTRIBUTION AND UPDATES TO DEVELOPMENT STUDIES

569

Marcos Roberto Pires Gregolin*

RESUMO: Considerando a sistematização metodológica proposta por Havens (1972), que aloca as múltiplas contribuições sobre a noção de desenvolvimento até então existente em dois grandes campos/modelos (Equilíbrio x Conflito), os quais abarcariam 5 enfoques (comportamental; psicodinâmico; difusionista; estruturalista não marxista; estruturalista marxista), este texto tem por objetivo problematizar se essa sistematização permanece atual e se contempla em seu esquema de análise as contribuições posteriores à sua publicação. Concluo que a sistematização em questão em partes permanece atual, pois muitos de seus elementos ainda estão “vigentes”, porém não dá conta de abarcar as teorizações e construções teóricas realizadas posteriormente, tampouco tem em si espaço ou referências (e isso se deve, em partes, a sua temporalidade) a temas como gênero, etnia, geração, Bem Viver, Economia Solidária, Crescimento Zero ou “Small Is Beautiful”.

PALAVRAS-CHAVE: Teorias do Desenvolvimento; Estudos; Paradigmas.

ABSTRACT: Considering the methodological systematization proposed by Havens (1972), which allocates the multiple contributions on the notion of development that existed until then into two major fields/models (Balance x Conflict), which would encompass 5 approaches (behavioral; psychodynamic; diffusionist; non-structural Marxist; Marxist Structuralist), this text aims to discuss whether this systematization remains current and whether the contributions subsequent to its publication are included in its analysis scheme. I conclude that the systematization in question in parts remains current, as many of its elements are still “in force”, but it does not cover the theorizations and theoretical constructions carried out later, nor does it have space or references in itself (and this is due, in parts, its temporality) to themes such as gender, ethnicity, generation, Good Living, Solidarity Economy, Zero Growth or “Small Is Beautiful”.

*Doutor em Extensão Rural (UFSM), mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável (UNIOESTE), Bacharel em Comunicação Social (FADEP), Tecnólogo em Agronegócio (UNICESUMAR) e em Gestão de Cooperativas (UNICESUMAR). Pesquisador com bolsa da Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación. Instituto de Investigaciones Científicas. Universidad de la Cuenca del Plata (UCP), Posadas, Misiones, Argentina. E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

KEYWORDS: Development Theories; Studies; Paradigms.

1. Introdução

Eugene Havens foi Professor Associado de Sociologia Rural e presidente do Departamento de Sociologia Rural da Universidade de Wisconsin em Madison. Nasceu em 1936 e morreu em 1984, vítima de Câncer. Autor de uma série de estudos que refletem questões sobre o desenvolvimento, tanto nos Estados Unidos como também em países da América Latina e África, publicou em 1972 o artigo *“Methodological issues in the study of development”* o qual pode ser interpretado como uma tentativa de sistematizar o conhecimento e a pesquisa, até então empreendida no âmbito da concepção do desenvolvimento, que teve seu advento na modernidade, com fortes influências iluministas, cujo progresso se encontra como um ponto central.

Assume-se então que o desenvolvimento até então possuía substanciais relações com o ideário da modernidade o qual lhe impunha um forte caráter desenvolvimentista. De acordo com este autor, os estudos sociológicos do desenvolvimento operados até então podem ser organizados em dois grandes grupos, um provido de fundamentos filosóficos conservadores e outro nutrido por pressupostos filosóficos radicais.

No campo dos estudos conservadores tem-se o modelo do equilíbrio ao passo que nos estudos radicais tem-se o modelo do conflito. No modelo do equilíbrio, também encontrado na literatura como modelo sociológico da integração, tem-se o entendimento de que é nas pessoas que se encontra a inconformidade, a dissonância e que por sua vez, é na sociedade ou nas instituições que se logra encontrar a integração, a resolução dos conflitos. Por outro lado, no enfoque do conflito, as pessoas em si são boas e toda a deturpação recai sob a sociedade, sob o sistema social.

Com o objetivo de tornar menos ofuscado o entendimento sobre estes enfoques busquei outras leituras e dentre estas referencio Motta (2013). Segundo este autor, nos dias em que nos encontramos, de transição paradigmática, há um recuo da utilização do paradigma sociológico crítico e um avanço da utilização do paradigma

do equilíbrio, por ele denominados. Sua retórica se direciona neste texto aos estudos de jornalismo, porém ele mesmo afirma que este fenômeno não é exclusivo do seu campo. Motta (2013) ao beber da sistematização de Havens (1972) faz alusão ao fato de que

O paradigma crítico, ou paradigma do conflito, vê a sociedade como um todo, na qual se enfrentam grupos sociais diversos em busca da hegemonia, permitindo ao pesquisador tomar como ponto de partida o enfrentamento entre os grupos, as relações de coerção e dominação, o significado de cada objeto social (instituições, discursos etc.) como mecanismo ou estratégia nas disputas de poder. O paradigma do equilíbrio, ao contrário, assume que as relações sociais são essencialmente harmoniosas e as desigualdades são vistas como parte de um natural processo de contínua acomodação social (Motta, 2013, p. 63).

Retomando a classificação proposta por Havens (1972) nota-se que os modelos (equilíbrio e conflito) são diferenciados internamente por distintos enfoques, os quais possuem uma gama considerável de peculiaridades, porém características fortemente aglutinadoras. Dentre elas cita-se a centralidade dada ao indivíduo nos enfoques do modelo do equilíbrio, ao passo que no modelo do conflito tem-se a vanguarda da estrutura em desfavor ao indivíduo.

Tratando agora das subdivisões de cada modelo, no primeiro há o enfoque comportamental, psicodinâmico e difusionista. Para o modelo do conflito tem-se o enfoque estruturalista, um marxista e outro não.

O objetivo desse ensaio é problematizar se essa sistematização permanece atual e se contempla em seu esquema de análise as contribuições posteriores à sua publicação, e para isso, realizei uma revisão bibliográfica para buscar elementos em seus textos e de outros autores a respeito dessa possível contribuição.

Para iniciar uma apresentação do meu ponto de vista sobre a atualidade destes enfoques, faz-se necessário duas ações. A primeira é recordar a própria afirmação de Havens, de que “qualquer sistema de classificação é um artifício de pesquisa. Ele não existe em sua forma pura na realidade” (Havens, 1972, p. 03) e a segunda se fundamenta na primeira, pois na medida em que a classificação não existe, se constitui como um exercício único e particular.

As minhas contribuições não possuem pretensão à verdade, unicamente se caracterizam como meu entendimento, momentâneo, mediado pela revisitação aos conteúdos discutidos na Disciplina Teorias de Desenvolvimento, no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM.

Inspirado no entendimento de Conterato e Fillipi (2009) saliento que o termo desenvolvimento desde os primórdios de sua utilização sofre de demasiada polissemia a qual não é menor atualmente. Contudo os autores se esforçam em sistematizar que o desenvolvimento, em suma, é o resultado de ações, individuais ou coletivas, com vistas a promoção de mudanças. Sobre os adjetivos dados ao termo desenvolvimento, estes autores afirmam que se prestam a minimizar as diferentes interpretações. Ou seja, evitar as confusões e melhor enquadrar o termo são desejos de quem o adjetiva.

2. Desenvolvimento

Faz-se interessante para este momento abordar o desenvolvimento tendo por base os adjetivos a ele atribuídos nos últimos tempos: local, regional, territorial, nacional (os quais denotam escala); rural, urbano, sustentável (os quais denotam o enfoque) e social, econômico, cultural, ambiental (os quais denotam dimensões) dentre outros adjetivos que (re)surgem a cada instante.

A partir disso organizo minha argumentação nos seguintes tópicos: i) desenvolvimento modernizador; ii) crítica ao desenvolvimento; iii) pós-desenvolvimento; iv) ressurgimento do desenvolvimento.

2.1 Desenvolvimento modernizador

A ideia de desenvolvimento como modernização é a mais longeva dentre as que me proponho a discutir neste trabalho haja vista que, tanto o desenvolvimento, quanto o seu atrelamento a modernização têm o nascedouro unificado. Termos como a promessa do paraíso ou da bonança, marcha para o progresso, conversão das sociedades tradicionais em sociedades industrializadas são expressões que

demonstram o “entusiasmo pela ideia de progresso, sendo este entendido como uma evolução para níveis cada vez mais altos de civilização” (FROEHLICH, 2002, p. 20). Autores como Rogers, Rostov, Hirschman e Parsons figuram entre as referências deste “modelo” de desenvolvimento.

Toma-se por base a obra de Beltrão (1965) para se fazer um apanhado desta vertente de estudos do desenvolvimento, termo este que é conceituado por ele como “um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado” (BELTRÃO, 1965, p. 115).

Para Rostow o desenvolvimento dar-se-ia em um período subdividido em 3 momentos, um primeiro onde se angariam condições para se promover o arranco, arranco este já caracterizado como o segundo momento o qual é sucedido por um período de automatismo do desenvolvimento, ou seja, a marcha para a modernidade. Antes desses três momentos tem-se a sociedade tradicional, atrasada e posterior a eles tem-se o ponto de chegada, a “era do consumo em massa” (BELTRÃO, 1965, p. 56).

O subdesenvolvimento tem lugar de destaque e romper com o seu status se caracteriza como um dos objetivos principais do desenvolvimento. Para tanto, há que se modernizar os países para que eles deixem o estado tradicional ou primitivo e passem a gerar uma economia dinâmica e autônoma.

Tomando por base a teoria da difusão, proposta por Rogers, tem-se que o desenvolvimento é o resultado da mudança de um estado por meio da adoção de uma inovação. Nos termos do autor, “difusão é o processo de comunicação de uma inovação, realizado através de determinados canais durante um período de tempo e para os membros de um sistema social” (ROGERS, 2003, p. 5).

Para ele, a adoção das inovações, e, por consequência, a “promoção do desenvolvimento” não acontece de maneira linear e para diferenciar os níveis de adoção ele organiza a conhecida curva de adoção, a qual é composta pelos pioneiros inovadoras; primeiros adotantes; maioria inicial, maioria tardia e retardatários.

A difusão tem seu êxito dado na medida em que se dá o processo de adoção da inovação, e “uma das motivações mais importantes para qualquer indivíduo adotar uma inovação é o desejo de obter *status* social” (ROGERS, 2003, p. 230).

Por meio da leitura deste autor tem-se a possibilidade de diversas conduções do diálogo, porém, salienta-se o demasiado caráter individual dos processos, característica está predominante nos enfoques do modelo do equilíbrio como um todo, não unicamente no difusionista.

2.2 Crítica ao desenvolvimento

Uma das escolas que marcou presença com sua teorização crítica a respeito dos erros cometidos em favor do “desenvolvimento” foi a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, a qual em suas análises defendia que em centros como os Estados Unidos deu-se um considerável efeito propulsivo ao passo que em periferias como os países da América Latina deu-se um processo regressivo em, até então analisados, cem anos de intercâmbios econômicos.

Dentre as discrepâncias salientadas por Beltrão, constata-se “no centro, vigorosa formação de capital e intenso progresso técnico com correspondente taxa de poupança, aumento de produtividade e da renda; na periferia, débil formação de capital, escasso progresso técnico, forte propensão ao consumo, débil aumento de produtividade e de renda real” (BELTRÃO, 1965, p. 126) dentre outros aspectos que corroboram a constatação de que o processo advogado como promotor do desenvolvimento tem, em primeira análise, aumentado a desigualdade entre os países tidos como desenvolvidos e subdesenvolvidos além de, aumentado o fosso que separa os ricos dos mais pobres, tanto no centro, porém de maneira mais grave nas periferias (FURTADO, 1974).

Esta ideia é posteriormente referendada por Cardoso (1993) ao afirmar que, na medida em que o pensamento dominante mundial caminhava para o entendimento de que o comércio tenderia a corrigir as relações desiguais entre centro e periferia, o pensamento CEPALINO apontava para o entendimento de que as relações estabelecidas entre estes entes asseveravam a desigualdade entre as partes.

A teoria da dependência faz parte de um leque alternativo impulsionado por “questões relacionadas às mudanças demográficas, ao colapso urbano, à preservação ambiental, à participação social e ao fortalecimento das instituições democráticas” (NIERDELE, RADOMSKY, 2016, p. 08).

A economia e a sociologia do desenvolvimento ganharam, assim, novas e importantes vertentes analíticas, que causaram impactos profundos no pensamento latino-americano. Após décadas de predomínio do padrão modernizador-desenvolvimentista, com forte intervenção do Estado, o esgotamento deste modelo abriu uma janela histórica para que fossem formuladas teorias inovadoras (NIERDELE, RADOMSKY, 2016, p. 08).

Por fim salienta-se que, de acordo com o entendimento de Colisteste (2001) quatro características são específicas de correntes de pensamento derivadas do ideário CEPALINO: “a ênfase nas estruturas, o papel reduzido dos atores sociais, a predominância de uma perspectiva macro e o desenvolvimento de uma visão peculiar da história¹” (COLITESTE, 2001, p. 27).

Outra vertente crítica pensa o desenvolvimento por meio da ótica cultural é reconhece que não exista um padrão único de desenvolvimento e que cada nação ou grupo de pessoas pode estabelecer seus critérios próprios, dotando assim o termo de uma característica relativa. Nesse sentido a ruptura mais evidente deste pensamento com a visão moderna e hegemonia de desenvolvimento é que caem por terra os atributos e características universais do desenvolvimento.

Dentre os autores apresentados na disciplina que nos levam a esta reflexão, tem-se a contribuição de Rist (1990) o qual dentre inúmeras outras questões afirma que o desenvolvimento para ser exitoso precisa estar adequado a realidade e a cultura dos que receberão a proposta, porém, ele parece firme ao afirmar que o desenvolvimento é considerado um produto de exportação, que pode ser adaptado, e esquecemos que o desenvolvimento “consiste de um conjunto de práticas que são tecidas no tecido da cultura ocidental e são específicas a ela²” (RIST, 1990, p. 11).

1 Havens eu seu quadro 02 cita dois autores oriundos CEPAL, Prebisch como uma referência estruturalistas não marxistas e **Sunkel como uma referência estruturalista marxista.**

2 Consists of a set of practices which are woven into the fabric of Western culture and are specific to it.

2.3 Pós-desenvolvimento

Os estudos do pós-desenvolvimento podem ser abordados como aqueles que, em primeira instância, afirmam que o conceito de desenvolvimento é uma recente narrativa de dominação implementada pelas das nações do norte (primeiro mundo, desenvolvido) para as nações do sul (terceiro mundo, subdesenvolvidos). O foco desta abordagem se diferencia das anteriores haja vista que se buscam alternativas para o desenvolvimento e não alternativas de desenvolvimento.

Para seus adeptos a noção de desenvolvimento, tal qual vinha se apregoando até o presente momento, deveria sim ser superada e não referendada. Se pensarmos nessa polaridade como um ponto de partida para ações, tem-se que a questão não é a busca pelo desenvolvimento para os tidos “subdesenvolvidos” e sim a busca de alternativas ao desenvolvimento posto e estabelecido.

No bojo desse pensamento se encontra o verdadeiro interesse pela cultura e conhecimento local, a crítica ao discurso da cientificidade e o respeito e valorização dos movimentos de base locais e plurais.

A convivência entre o tradicional e o moderno também se manifesta nesta concepção e para Escobar (1995) pode ser apresentada como um viajar simultaneamente para trás, para a herança cultural, para si mesmo, para o próprio grupo social – e para frente. Crush (1996) em seu estudo impera uma crítica para a linguagem do desenvolvimento a qual não faz referências e não atribui relevância para aspectos históricos, característicos do local e no âmbito da geografia estabelece dois pontos antagônicos unicamente, onde em um extremo tem-se os desenvolvidos e em outros os não desenvolvidos.

Me parece que para os pós-desenvolvimentistas além destas, outras questões constituem a gênese da discordância em torno da atualidade e “justiça” da noção de desenvolvimento. Por isso movimentos de oposição ao desenvolvimento, por meio de sua prática cotidiana reivindicatória almejam elaborar uma proposta mais palpável, localmente engajada, socialmente constituída, livre de tutelas e de abuso de poder. Em resumo, “os autores que representam essa tendência afirmam que não estão

interessados em alternativas de desenvolvimento, mas em alternativas ao desenvolvimento, ou seja, a rejeição de todo o paradigma” (ESCOBAR, 1995, p. 215).

2.4 Ressurgimento do desenvolvimento

Nesse extrato de autores, cujas contribuições se alocam temporalmente na segunda metade dos anos 90, tem-se sim uma crítica ao desenvolvimento da mesma maneira que nos fragmentos anteriormente apresentados, contudo se rejeita a conclusão de que se faz necessário promover alternativas para superar o desenvolvimento.

Os textos de Sachs (1995), Souza (1996, 1997) e Maluf (2000) fornecem elementos que levam a conclusão de que o problema está em ajustar os meios e os fins do desenvolvimento, onde novas estratégias de ação possam fazer com que ele venha a cumprir o seu papel, em síntese a melhora das condições de vida das pessoas.

Uma das grandes questões da atualidade segundo o Sachs (1995) é como colocar a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento e que este por sua vez esteja promovendo a luta contra a pobreza, a favor da inclusão e integração social e criação de empregos produtivos, sendo este último um dos maiores desafios.

Souza (1997) dá a entender que o desenvolvimento econômico não deve ser esquecido, porém necessita ser encarado como meio para se alcançar a melhoria das condições de vida. Outra colaboração importante é apresentada por este autor quando faz referência ao espaço social, local onde o homem vive, um produto da transformação da natureza, palco de relações de poder. O espaço social por mais que seja algo material não é dotado de significado único, ele é sim um signo que gera significados individuais, significados estes que acabam por gerar uma representação compartilhada.

Este conjunto de autores se somam no aspecto de que acreditam na possibilidade de se trabalhar o desenvolvimento, porém se diferenciam quanto aos “adjetivos” e ferramentas utilizadas. Nesse sentido tem-se para Sachs (1995) o desenvolvimento sustentável, para Souza (1997) a importância é dada para a noção

de espaço, superando a ideia de desenvolvimento etnocêntrica, conservadora, economicista e historicista e para Maluf (2010) apresenta-se fortemente a superação da pobreza e a promoção da segurança alimentar como alicerces do desenvolvimento.

É nesse ressurgimento que se dá a incorporação de adjetivos como o sustentável, muito pautado pela agenda ambientalista, o qualificativo local e territorial, acompanhados do conceito de capital social, ação coletiva, sociabilidade, proximidade. Também nesse ínterim constata-se a eminência de termos como desenvolvimento humano, desenvolvimento como liberdade, necessidades básicas e a abordagem das capacidades.

Acredito que nestas noções emergentes vários pontos divergem, contudo me parece que, como ponto comum, há a negação à renda como único objetivo e ponto de análise, e a visão do desenvolvimento econômico não como fim, mas sim como um meio para o real desenvolvimento. Nesta esteira tem-se, por exemplo, a concepção do IDH, com todas as críticas que lhes foram proferidas, contudo com a crença de que um indicador sintético, por mais problemático que seja, neste caso é melhor do que o PIB ou melhor do que não haver uma alternativa de mensuração.

3. Considerações

A título de encerrar este trabalho, e não a reflexão e discussão sobre o tema, faz-se necessário tomar partido e argumentar sobre a indagação proposta. A sistematização de Havens permanece atual e contempla as contribuições posteriores à publicação do artigo em seu esquema de análise? Ou há contribuições que extrapolam os modelos e enfoques propostos, constituindo novas categorias classificatórias?

Ao responder estas questões hoje, opto pela parcialidade. Explico: A classificação proposta não permanece atual haja vista que muitos esforços foram empreendidos, por alguns para refutar e por outros para reenquadrar o conceito de desenvolvimento na tentativa de mantê-lo “útil” para a sociedade.

Uma das questões que parece não estar resolvida diz respeito ao antigo e conhecido conflito dualista “estruturalismo *versus* não estruturalismo” que se

manifesta na inquietação sobre as ações, se elas são “voluntárias, autônomas, independentes e estruturadas ou se (ou o quanto) elas são determinadas pela estrutura social, e são, portanto, comportadas, adaptativas e resignadas a uma mera conformidade com tais estruturas” (SOUZA, 2012, p.17).

Ou seja, para mim, uma questão que permanece é se a abordagem do desenvolvimento tem seu ponto forte na ação dos indivíduos ou se tem sua gênese nas estruturas sociais. Em um exercício de compor uma linha do tempo, aloco o texto de Havens (1972) no início da construção de um pensamento crítico ao desenvolvimento, pois ele mesmo inicia seu texto afirmando

que tem falhado é dolorosamente óbvio considerando os estéreis resultados dos esforços para melhorar a qualidade de vida na maioria dos países do Terceiro mundo bem como a tentativa de parte dos países capitalistas avançados de elevar a qualidade de vida de seus setores menos adiantados (Havens, 1972, p. 01).

É aí, no meu entendimento, que nasce ou se enquadra a crítica CEPALINA, de que as ações até então promovidas em nome do desenvolvimento tem asseverado a desigualdade entre o centro e as periferias, podendo caracterizar os centros, em uma primeira análise como os países do primeiro mundo, porém em outra análise como o extrato de população rica localizada nos países subdesenvolvidos.

Na tentativa de sistematizar uma outra organização para os estudos de Desenvolvimento, proponho a construção de uma “linha do tempo”, a qual está ilustrada na figura 1. Nela, fica evidente que em um primeiro momento jaz o ideário do desenvolvimento modernizador, seguindo de um momento de crítica ao desenvolvimento (CEPAL e estudos Culturais), os estudos que negam o desenvolvimento como a saída e pregam alternativas para nos libertar do ideário desenvolvimentista e, por fim, os estudos que buscam reafirmar a importância do desenvolvimento, porém atribuindo outros sentidos, adjetivando e localizando o desenvolvimento.

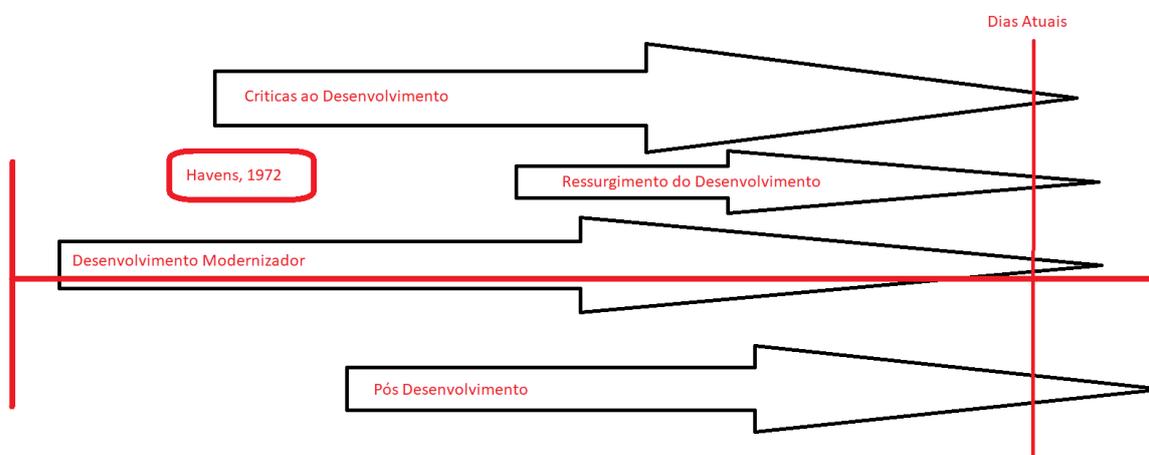


Figura 1 Linha do tempo com as interpretações dos conceitos expostos nesse texto.

Sobre a proposta de Havens, também cabe considerar que ela faz um apanhado dos estudos do desenvolvimento focados em aspectos da modernização, ou seja, no que se refere aos modelos do equilíbrio uma constante é o próprio termo modernização, ao passo que, no modelo do conflito apresenta-se máximas como reforma institucional e revolução.

Ao analisar esta relação com olhares para o meio rural, pode ser adotado o entendimento de Froehlich (2002) ao referenciar que nas duas abordagens propostas por Havens (1972) o meio rural é tido como atrasado e receptáculo da ignorância, constatação esta que justifica todo o ideário modernizador que “desenvolveu” o nosso meio rural.

As proposições teóricas sobre o desenvolvimento são oriundas de reflexões dadas em um certo espaço e tempo, parafraseando a reflexão empreendida por Froehlich (2002), tais insumos se constituem como “substrato de sua construção e trajetória histórica” (FROEHLICH, 2002, p. 20), ou seja, compreendo que a proposição de Havens foi um reflexo das discussões empreendidas sobre desenvolvimento até aquele dado momento (meados dos anos 70) e com forte influência ocidental e nortista.

Com o transcorrer do tempo, outras discussões foram se concretizando, as quais, por suas vezes umas mais e outras menos, se afastaram dos modelos

propostos por este autor. Por exemplo, para Caporal e Costabeber (2004) a agroecologia surge, fugindo dos modelos do equilíbrio, tendo influências da perspectiva sociológica do conflito.

No meu ponto de vista e de maneira a finalizar este trabalho, acredito que a proposta de Havens não se caracteriza como atual, haja vista que muita construção teórica se deu desde a publicação do seu texto em na década de 1970. Elementos do modelo do conflito e do modelo da integração podem ser identificadas nos discursos do desenvolvimento presentes na atualidade. De maneira simples, acredito que possa ser plausível afirmar que as propostas do pós desenvolvimento possuem um maior embasamento ou um maior diálogo com os enfoques do modelo do conflito ao passo que as propostas aglutinadas no ressurgimento do desenvolvimento se vinculam com mais força aos enfoques do modelo do equilíbrio.

A lista de ausências no trabalho do Havens me parece até injusta, haja vista que ele se propôs a sistematizar o que havia até aquele momento. Porém, se fosse pensar nessa lista, há que se referenciar a ausência do debate de gênero, etnia, geração, tampouco se falar de noções como Bem Viver, Economia Solidária, Crescimento Zero ou sobre o *Small Is Beautiful*

REFERÊNCIAS

BELTRÃO, P. C. **Sociologia do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Globo, 1965.

CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar**: ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do Desenvolvimento**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CRUSH, J. **Power of Development**. London/New York: Routledge, 1996.

ESCOBAR, A. **Encountering Development**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

HAVENS, E. Methodological issues in the study of development. **Sociologia Ruralis**, v. 12, n. 2, p. 252-272, 1972.

MALUF, R. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, out. 2000.

MOTTA, L. G. F. De um a outro paradigma: continuidades e descontinuidades da pesquisa em jornalismo no Brasil e na América Latina. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 1, p. 52-75, 2013.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

RIST, G. Development as Part of the Modern Myth: The Western Socio-Cultural Dimension of Development. **The European Journal of Development Research**, v. 2, n. 1, junho, pp. 10-21, 1990.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5ed. Nova York: Free Press, 2003.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, 1995.

SOUZA, M. L. A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma 'Teoria Aberta' do Desenvolvimento socioespacial. **Território**, Rio de Janeiro, n. 1, v.1, jul./ dez. 1996.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o Desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, n.3, jul./dez. 1997.

SOUZA, R. S. de. **A condição organizacional: o sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 2012.

Recebido em: 18/09/2023.

Aprovado em: 22/12/2023.